# 3 Estudo de caso: mec e inep

Nessa seção serão explicadas os trabalhos semelhantes a este e uma explicação sobre o MEC e o INEP.

3.1 Demandas e observações sobre os dados do INEP

Outras pesquisas semelhantes já foram feitas nessa área de estudo, tais como o trabalho apresentado por Oliveira (2018) quando apresenta alguns aspectos históricos e contemporâneos do negro e discorre de maneira abrangente sua atuação no sistema educacional brasileiro, trazendo aspectos históricos desde as épocas da Colônia, Império e Primeira República até os dias atuais. Já no artigo de Almeida e Sanchez (2016) é apresentada uma compreensão das legislações que regem a vida do negro na sua caminhada educacional para a visibilidade e valorização deles na construção do cotidiano escolar, passando pelo início da entrada do negro na educação formal brasileira até a atuação do movimento negro nessas práxis.

No artigo de Oliveira (2013) a autora procura discorrer sobre a atuação da lei 10.639 para os professores, diante do contexto da educação básica e da questão racial. Zandona (2008) discorre sobre a problemática da desigualdade racial dos negros no contexto do ensino médio brasileiro, abordando temas como o racismo e a questão socioeconômica para o entendimento desse fato.

Passos (2010) discorre sobre a população negra e as dificuldades enfrentadas por ela no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), passando pela construção dessas desigualdades e pelas políticas nacionais aplicadas para a promoção da igualdade. O texto de Fonseca *et al.* (2001) faz uma compilação de diversos artigos voltados para a atuação do negro sob várias perspectivas, como a educação das crianças negras no contexto da promulgação da Lei do Ventre Livre, de 1871; análise de projetos e iniciativas sobre as relações raciais voltadas as escolas da rede municipal de Belo Horizonte; análise do perfil dos estudantes negros ingressantes nos cursos de Direito; análise das questões de raça e gênero das graduandas negras da Unicamp.

No ano de 2015 foi divulgado pelo MEC – Ministério da Educação, um relatório com o “Título de Educação para Todos”, nele foi feito um estudo centrado em vários aspectos da educação. Segundo a própria pesquisa, foram resumidos em seis principais tópicos, são eles: Cuidados e Educação na Primeira Infância, Educação Primária Universal, Habilidades de Jovens e Adultos, Alfabetização de Adultos, Paridade e Igualdade de Gênero, Qualidade da Educação. Em virtude disso, este trabalho de conclusão traz a contribuição de uma análise com uma alta especificação, focada no panorama da atuação do aluno negro voltada ao recorte temporal de 2015 a 2018 no contexto da educação básica brasileira utilizando a base de micro dados do Censo Escolar do INEP.

3.2 MEC e INEP

A história do Ministério da Educação é antiga, começando em 1930 quando foi criado no governo de Getúlio Vargas, inicialmente era chamado de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Como podemos ver pelo nome, a educação não era o único foco de atividade. Apenas em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, a educação ficou exclusiva ao ministério. A sigla MEC surgiu em 1953, quando se criou o Ministério da Educação e Cultura.

Até 1960 de acordo com o MEC (2015), ele era centralizado, um modelo que era seguido por todos os municípios e estados. A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que fora aprovada em 1961, diminuiu a centralização do MEC, fazendo assim os órgãos municipais e estaduais ganharem mais autonomia.

Em 2015 a primeira versão da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) é disponibilizada, uma pauta muito debatida e importante para nossa educação, somente em 2017 ela foi homologada para Ensino Básico e um ano depois, para o Ensino Médio.

A Base é um documento normativo da maior importância, porque define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica e do Ensino Médio, e orientar as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil. (MEC, 2015).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é vinculado ao MEC e engloba várias áreas educacionais, desde ensino básico até a graduação. A respeito de sua origem, é preciso considerar que:

Chamado inicialmente de Instituto Nacional de Pedagogia, o Inep foi criado, por lei, em 13 de janeiro de 1937, no Rio de Janeiro. Foi em 1938, entretanto, que o órgão iniciou, de fato, seus trabalhos. A publicação do Decreto-Lei nº 580 regulamentou a organização e a estrutura da instituição, além de modificar sua denominação para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. [...] em 1952, assumiu a direção do Instituto o professor Anísio Teixeira, que passou a dar maior ênfase ao trabalho de pesquisa. Seu objetivo era estabelecer centros de pesquisa como um meio de fundar em bases científicas a reconstrução educacional do Brasil. A ideia foi concretizada com a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), com sede no Rio de Janeiro, e dos Centros Regionais, nas cidades de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. Tanto o CBPE como os Centros Regionais estavam vinculados à nova estrutura do Inep. (INEP, 2015)

Na década de 70, com a sede sendo transferida para Brasília e o CBPE sendo extinto, fez com que o modelo que fora idealizado por Anísio Teixeira fosse finalizado, que causou um reconhecimento ao INEP tanto nacionalmente quanto internacionalmente. Nos anos 80, passou por uma reforma institucional após um período de dificuldades que passou, e tinha dois objetivos, que eram reorientação das políticas de apoio a pesquisas educacionais e o reforço do processo de disseminação de informações educacionais.

O INEP que conhecemos hoje é devido à incorporação do Serviço de Estatística da Educação e Cultura (SEEC) à Secretaria de Avaliação e Informação Educacional (SEDIAE) que de acordo com o INEP (2015) a partir de 1997 um único órgão encarregado das avaliações, pesquisas e levantamentos estatísticos educacionais no âmbito do governo federal passou a existir através de uma integração do SEDIAE ao INEP. Nesse mesmo ano, o INEP foi transformado em autarquia federal.

3.3 Como os dados são coletados e disponibilizados

Os dados oferecidos pelo MEC, INEP e outros órgãos do governo são dados abertos, o que significa que estão disponíveis para todos usarem e também redistribuírem como quiserem, sem restrição de patentes, licenças ou parecido. Cada órgão disponibiliza os seus dados de acordo com seu Plano de Dados Abertos (*PDA*) e é responsável pela catalogação do mesmo.

De acordo com o Portal Brasileiro de Dados Abertos (2017) em 2007 um grupo de 30 pessoas se reuniu na Califórnia - EUA, para definir os princípios dos Dados Abertos Governamentais. Eles criaram oito princípios, que são:

1. **Completos**: Todos os dados públicos são disponibilizados, que no caso, não são sujeitos a limitações válidas de privacidade, segurança ou controle de acesso, reguladas por estatutos.
2. **Primários**: Os dados são publicados do mesmo jeito que fora coletada na fonte, e não de forma agregada ou transformada.
3. **Atuais**: Os dados são disponibilizados o mais rápido possível para preservar o seu valor.
4. **Acessíveis**: Os dados são público para o maior público possível.
5. **Processáveis** **por máquina**: Os dados são estruturados para possibilitar o seu processamento automático.
6. **Acesso não discriminatório**: Os dados estão disponíveis para todos sem necessidade de identificação.
7. **Formatos não proprietários**: Os dados estão disponíveis sem que nenhum ente tenha exclusivamente um controle.
8. **Licenças livres**: Os dados não estão sujeitos a restrições como dito no parágrafo acima.